

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.415 - RS (2019/0303620-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN E OUTRO(S) -**
RS044046
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325
JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112
AGRAVADO : **HEITOR JESUS PEDROSO**
ADVOGADOS : **MOACIR LEOPOLDO HAESER E OUTRO(S) - RS045143**
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fls. 1.665/1.666):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM S/A. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

1. LEVANTAMENTO DE VALORES. No julgamento do agravo de instrumento nº 0034576- 58.2016.8.9.19.0000 interposto pela Brasil Telecom em face da decisão que determinou a expedição de alvará dos valores depositados antes de 21.06.2016, assim como, no julgamento dos posteriores embargos de declaração, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu que inexistia óbice para o levantamento dos valores quando o depósito judicial ou o bloqueio tenha sido realizado anteriormente ao recebimento da recuperação (21.06.2016) e o trânsito em julgado ou a preclusão da impugnação tenha ocorrido antes da referida data. No caso em exame, verifica-se que os valores foram bloqueados em 17.02.2011, assim como, que a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado em 27.08.2014. Assim, inexistia óbice para que a parte autora levante seu crédito nos autos.

2. AMORTIZAÇÃO. VALORES PRESTADOS COMO GARANTIA DO JUÍZO. Após a aprovação do plano de recuperação judicial, todos os créditos atinentes a títulos executivos judiciais ou extrajudiciais estão sob a égide da novação e sujeitos à forma de pagamento estipulada no referido plano, constituindo, portanto, novo título executivo judicial. Inteligência do art. 59 da Lei nº 11.101/2005.

No caso em apreço, considerando o que restou definido no Plano de Recuperação Judicial apresentado pela empresa ré, aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2017 e homologado em 08 de janeiro de 2018, assim como, o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença anteriormente à recuperação judicial, o valor da condenação deverá ser apurado com a amortização da quantia que garantiu o juízo.

2. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. Para a inclusão no cálculo dos juros sobre capital próprio é necessária a previsão expressa no título executivo.

Inteligência da Súmula nº 552 do STJ. Inocorrência no caso dos autos.

4. CRITÉRIO DE AMORTIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS.

Ausente estipulação em contrário, como no caso em liça, aplicável a regra geral de atribuição de pagamento preconizada no art. 354 do Código Civil.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 1.721/1.729 e 1.730/1.736).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar quanto à "impossibilidade de amortização dos valores e à impossibilidade de liberação de valores nos autos" (fl. 1.748).

No mérito, argui afronta aos arts. 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005, arguindo ser "impositiva a determinação no sentido de que não sejam amortizados/liberados os valores dados em garantia, tendo em vista que o crédito da parte recorrida é ilíquido e, por conta disso, deve ser atualizado até a data da recuperação, para que seja habilitado nos autos da recuperação" (fl. 1.750).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas

razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

No mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores em discussão, assim se pronunciando (fls. 1.670/1.676):

(...) inexistente óbice para o levantamento dos valores quando o depósito judicial ou o bloqueio tenha sido realizado anteriormente ao recebimento da recuperação (21.06.2016) e o trânsito em julgado ou a preclusão da impugnação tenha ocorrido antes da referida data.

No caso em exame, verifica-se que o bloqueio dos valores foi realizado em 17.02.2011 (fl. 603), assim como, que a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado em 27.08.2014.

Destarte, inexistente óbice para que a parte autora levante seu crédito nos autos.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora